



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 219ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Fabiano Braga Cortes.

Às catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpe-
lini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Luiz Roberto Soares, Otásio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Basílio Zanusso, João Cioni Neto e Nilso Sguarezi (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara a aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/75, que aprova o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal e Inspeção Regional de Ensino, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 285/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 220ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1975 (Terça-Feira).

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpe-
lini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Luiz Roberto Soares, Otásio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Basílio Zanusso, João Cioni Neto e Nilso Sguarezi (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 248, 257 e 258/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Leis nºs:

25/75: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que denomina "Grupo Escolar Professora Edite Cordeiro Marques", o atual Grupo Escolar de Turvo, município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o número 6.710. — **Agradeça-se.**

78/75: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, o Instituto Paulo VI, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.711. — **Agradeça-se.**

104/75: Do Senhor ex-Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Fundação Cesar Pernet, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.712. — **Agradeça-se.**

64/75: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Ação Comunitária Iratiense, com sede na Cidade de Irati, o qual convertido em Lei tomou o número 6.713. — **Agradeça-se.**

59/75: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação Assistencial de Guaíra, com sede e foro na cidade de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o número 6.714. — **Agradeça-se.**

86/75: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa e Educação Ambiental, de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 6.715. — **Agradeça-se.**

48/75: Do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de utilidade pública, a Associação Paranaense dos Hemofílicos

com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.716. — **Agradeça-se.**

98/75: Do Senhor Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública a Fundação Farid Surugi, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.717. — **Agradeça-se.**

135/75: Do Senhor ex-Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz", e o Colégio Catequista de Queluz, com sede e foro na cidade de Guarapuava o qual convertido em Lei tomou o nº 6718. — **Agradeça-se.**

93/75: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol, Sociedade Civil — com sede e foro nesta Capital o qual convertido em Lei tomou o número 6.719. — **Agradeça-se.**

Do Senhor Alceu Martins Ricci, no qual comunica haver assumido o cargo de Juiz de Menores desta Capital. — **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Senhor Marco Macial, comunicando que a Fundação "Milton Campos" fará realizar no período de 25 a 27 do mês em curso o Simpósio sobre Política Urbana. — **Ao conhecimento da Casa.**

TELEGRAMA:

Do Senhor Deputado Federal Fernando Gama.

Nos seguintes termos: Apraz-me comunicar Vossa Excelência VG. Liderança MDB decidiu Recomendar Bancada Voto Favorável ao Projeto nº 26/75 autoria Deputado Alcir Pimenta PT. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Nelson Capri, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 16 do corrente mês.

O extinto era professor da Universidade Ponta Grossa e membro de tradicional família paranaense.

Requer, seja comunicado à família enlutada, o ato desta Casa.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedroso Horta, ex-Deputado e líder do MDB, no Congresso Nacional, ocorrido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, após ouvido o plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorri-

do hoje, dia 18, na cidade de Cambará, à Sra. Maria de Jesus Cardoso de Azevedo, progenitora do Dr. José Cardoso de Azevedo. Solicita o signatário, após a decisão do plenário seja dado ciência à família enlutada na pessoa do Dr. José Cardoso de Azevedo, é rua: São Leopoldo, 340, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, após ouvido o plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Miguel Maia ocorrido em Ponta Grossa, em data de 11 do corrente mês.

O extinto era tronco de tradicional família paranaense e, o seu passamento, causou grande consternação naquela cidade.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, e com apoio do plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento da Sra. Maria Cardolinski, ocorrido em data de 14 do corrente nesta Capital.

A extinta era de amplas relações na comunidade brasileiro polonesa, participou ativamente ao lado de seu marido, igualmente falecido, principalmente na demarcação de terras no sul do Paraná.

Educou ilustres filhos, como Edmundo, já falecido e conhecido em suas atividades culturais e jornalísticas no Rio Grande do Sul. Os outros filhos, economistas e engenheiros e em nossa cidade é notória a atuação do seu filho Victor, quer nas lides educativas, quer nos meios culturais e sociais.

Da deliberação desta Casa, requer seja dado ciência à família enlutada na pessoa do Prof. Victor Cardolinski, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de louvor ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por haver, pela Portaria Normativa DC nº 10, publicada nº Diário Oficial da União nº 132, de 15.7.75, conseguido defender, de fato, os 20 por cento mínimos de reserva florestal por propriedade, através a averbação dos mesmos no Registro de Imóveis.

Assim, as autorizações de desmates para fins agrícolas, pastoris ou agropastoris, só serão concedidos após o atendimento do acima citado.

Essa determinação vem, ainda em tempo, concorrer para que o desmatamento seja mais moderado, ao mesmo tempo que garante para a posteridade a permanência de cobertura vegetal, de que tanto necessitam o nosso solo, os rios, a fauna terrestre e a fauna ictiológica.

O signatário requer, outrossim, uma vez aprovado, o pre-

sente, do tato seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Engenheiro Agrônomo Paulo Azevedo Berutti, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos um voto de congratulações desta Casa pela eleição do Dr. Pedro Kassab, Presidente da Associação Médica Brasileira, como Presidente da Associação Médica Mundial, no último dia 10 de outubro, em Tóquio.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê conhecimento (ciência) ao homenageado, à Associação Médica Brasileira e à Associação Médica Paranaense.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Fato dos mais auspiciosos para a nação foi a eleição de um médico brasileiro para presidir a Associação Médica Mundial, destacando a classe médica brasileira no contexto internacional, razão pela qual nos associamos às manifestações de regozijo pelo acontecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que ouvida a Casa, seja enviado expediente, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Schulmann, DD. Presidente do Banco Nacional de Habitação, no sentido de determinar estudos para construção de casas populares na cidade de Palmeira, carente de um núcleo habitacional ao alcance de grande parte da população menos favorecidas, e de sorte a propiciar um melhor nível de vida.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Secretário de Segurança Pública, solicitando do que sejam efetuados estudos para a construção de prédio próprio para a delegacia de polícia e cadeia pública do distrito de Novo Tupãssi, comarca de Assis Chateaubriand, tendo em vista que o atual não mais reúne condições mínimas de segurança e higiene, para abrigar os presos que para ali são conduzidos, dificultando com isso a própria ação saneadora da justiça que se encontra instalada em tão péssimas condições.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer após, ouvido o plenário, seja tornado certidão de inteiro teor do discurso pronunciado ontem, pelo Senhor Deputado José Domingos Scarpelini, nesta Augusta Assembléia, bem assim o que pronunciou nesta data, durante o Pequeno Expediente.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivre Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, solicitando que o mesmo estude a possibilidade de doação de 2 ambulâncias para as comarcas de Assis Chateaubriand e Formosa do Oeste.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, prende-se ao fato de que as comarcas acima, encontram-se em grande desenvolvimento contribuindo decisivamente na economia de nosso Estado, e sendo as mesmas essencialmente agrícolas, tem por consequência uma grande população rural que não dispõe de condições financeiras para quando necessitarem de tratamento médico-hospitalar, recorrerem a particulares, precisando na maioria das vezes serem transportadas a Curitiba para receberem o devido tratamento.

Aí, é que começa a verdadeira luta dessas pessoas que são o sustentáculo da economia de um Estado, pois as referidas comarcas, apesar de seu adiantado estado de desenvolvimento econômico ainda não possuem ambulâncias para o transporte de seus doentes, que muitas vezes ficam por mais de 90 dias a espera de uma ambulância que deverá ir de Curitiba para buscá-los agravando com isso seu estado de saúde.

Por estas razões é que se faz necessário a doação mencionada.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final assina, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, o presente expediente, no sentido de que aquela Companhia construa uma rede para servir energia elétrica nos distritos do Socavão e Abapã no município de Castro.

Ocorre que em tais distritos estão localizadas diversas indústrias que se dedicam à exploração de cal, calcário e talco e que pela falta de energia elétrica não têm podido alcançar um desenvolvimento maior.

As indústrias ali instaladas a saber: Mineração Paranaense Ltda., Calfrancozen Ltda., Mineração Castrense Ltda., Produtora de Cal Santo Ltda., Zem e Cia. Ltda., Supercal Ltda., Padomar, Paraná Dolomita e Mármore Ltda., Mineração Irapuru Ltda., Costalco Mineração, Ind. e Comércio Ltda., Calpar Comércio de Calcário Ltda., Mineração Lagora Bonita Socavão Ltda., e Ioshioca Ltda., asseguram uma demanda em KWA de aproximadamente 5 mil KWA, o que por si só garante tratar-se de um empreendimento altamente rentável para a Companhia, além dos grandes benefícios que traria para as indústrias e como consequência para o município.

Além dessas indústrias as sedes dos distritos teriam iluminação pública e muitas fazendas poderiam ser beneficiadas, ato-

ra, é evidente, da possibilidade de instalação de outras indústrias tendo em vista o potencial da região em minérios.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O DEputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de ofícios aos Srs. prefeitos dos municípios localizados nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, formulando votos de congratulações, extensivos aos Srs. Deputados delas representantes e às demais autoridades e lideranças, pelas recentes conquistas no setor rodoviário, configuradas pelas medidas divulgadas pelos poderes públicos, objetivadoras que são de melhores condições para o escoamento de tudo o que se produz naquelas áreas paranaenses, assim como também;

Requer o envio de ofícios aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reiterando apelo no sentido de providências imediatas e idênticas para atendimento ao Noroeste do Estado com a injeção de recursos financeiros destinados ao aleceramento das obras de asfaltamento das rodovias para ligação NOVA LONDRINA—PORTO CAIUÁ e NOVA LONDRINA—PORTO—SÃO JOSÉ.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Não serão linhas demarcatórias convencionadas para a delimitação de determinadas regiões, causas para o afloramento de sentimentos bairristicos.

Agiganta-se o orgulho que nutrimos e acalentamos por termos nascido, por vivermos neste Paraná, principalmente quando o salutarismo dessa virtude é enobrecido e enriquecido pela satisfação, reflexo da alegria indescritível de milhares de irmãos nossos, ante a expectativa do acatamento por parte dos poderes públicos às mais caras reivindicações das regiões Oeste e Sudoeste, representadas por medidas recentemente anunciadas e que se referem à implantação de mais e melhores estradas destinadas ao escoamento da fenomenal produção agrícola registrada naqueles rincões paranaenses.

Assim nos expressamos porque entendemos que o desenvolvimento de um organismo deve ser global, caso contrário, origina-se fatalmente o atrofiamento físico de partes dele competentes, culminando em sua inaptidão total.

E se o próprio Presidente da República, Ernesto Geisel ainda nesta semana reiterou junto a representantes das classes produtoras reunidos em Congresso no Rio de Janeiro, apelo para o aumento de gêneros básicos para a alimentação, salientando que eles podem ser multiplicados várias vezes e que o atual índice de produção é relativamente baixo em relação à extensão do território entre linhas ao Estado do Paraná, um dos maiores responsáveis por tudo o que existe sobre as mesas dos lares brasileiros e pela substancial presença de alimentos nas mesas do mundo inteiro.

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS,

O Noroeste do Estado, ainda em ano anterior à desastrosa política determinativa da erradicação de seus cafezais, era decantado como manancial principal de divisas levantadas no comércio exterior, como o maior produtor sulamericano e mundial da rentável "coffea arabica". Onde se empurra o boi desterra-se o homem. Entretanto, o boi entrou, mas muitos homens ficaram.

E por causa desse amor àquelas terras, o Noroeste caracteriza-se hoje pela expressividade de sua cultura diversificada, onde os cafezais, os milhais, os arrozais, as plantações de feijão e amendoim resplandecem ao lado de extensos colônias, povoados por sadias e gordas manadas de bovinos.

Levantamos aqui nossa crítica à política imediatista de lucro encetada pelos nossos governos, pois o Noroeste é hoje o primo pobre do Estado.

Dele, tudo já se sugou.

O sangue de seus pioneiros, o suor dos que ali plantaram, os anos de vida das gerações que ali se sucederam no cultivo da terra.

É incomensurável a necessidade da implantação de malha rodoviária com ramificação para os Portos de Caiuá e São José, na sequência da até hoje chamada RODOVIA DO CAFÉ.—

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, DD Secretário de Estado da Educação e Cultura encarecendo-lhes sejam fornecidas 250 (duzentas e cinquenta) carteiras de madeira ao Grupo Escolar Fazenda Padroeira, localizado na Vila Esmeralda, situada entre as cidades de Céu Azul e Matelândia.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(lendo): "O Porto de Paranaguá acaba de registrar uma façanha sem precedentes em toda a história de sua existência. Semelhante façanha, que constitui imenso orgulho para o nosso Estado, consiste no recorde da exportação de mercadorias, e revela, de maneira clara e inequívoca, a formidável contribuição da economia paranaense como uma das mais importantes fontes de arrecadação de divisas para a nossa pátria. Ora, durante o período de janeiro a 30 de novembro do corrente ano, o Porto de Paranaguá exportou mercadorias que atingem a expressiva cifra de 999.856.000 de dólares que, somados ao combustível e às mercadorias consideradas consumo de bordo, totalizam a fabulosa importância de mais de 1 bilhão de dólares.

Da quantia total de 873 milhões e 856 mil dólares são representados pelos produtores básicos de nossa agricultura. Por sua vez, os produtos semimanufaturados participam com 80 milhões e 607 mil dólares e os manufaturados com 45 milhões e 393 mil dólares.

Enquanto isso, em termo de geração de divisas, a soja ocupa lugar de destaque, com uma participação igual a 199 milhões e 394 mil dólares, para um total de 972.656 toneladas.

Note-se que, os produtos de maior representação, tanto em tonelagem como em geração de divisas, foram os óleos vegetais, seguidos de madeira de pinho e de madeira de lei. No que diz respeito a exportação de óleos vegetais, obtivemos nada menos do que 56 milhões e 20 mil dólares a de madeira de pinho, 16 milhões.

Sr. Presidente Srs. Deputados, no registro, deste incomparável acontecimento para a pujança econômica do nosso Estado, gostaria de sublinhar a escala de grandeza oriunda do poder decisivo da cafeicultura que se transforma num autêntico "boom"

do desenvolvimento nacional. Assim sendo, está se firmando a riqueza e a produtividade da agricultura paranaense, apresentando, como já vimos, a capacidade incontestável de ultrapassar, pela primeira vez o recorde de fenomenal 1 bilhão de dólares exportados por Paranaguá.

Aí está a comprovação de que o nosso Estado possui condições excepcionais para repetir no futuro o performance de fastígio econômico”.

Além desse registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para comunicar que, à Mesa encaminhamos expediente, para que se faça o seu encaminhamento ao Sr. Dr. Arturo Andreoli, Diretor-Presidente da COPEL.

Não obstante lida a sua súmula, tal expediente tem como objetivo solicitar para que a COPEL tome todas as providências no sentido de determinar seja ligada a rede de energia elétrica aos distritos de Socavão e Abapã, no município de Castro, tendo em vista que, em tais distritos estão localizadas diversas indústrias que se dedicam à edificação de cal, calcário e talco e que, pela falta de energia elétrica não têm podido alcançar um desenvolvimento maior, para si e consequentemente para o município.

Nada mais, apenas agradeço.—

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. deputado Lineu Turra, segundo orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ouvido constantemente, declarações dos poderes públicos no sentido de esperar aos lavradores para que dêem maior impulso à agricultura, à produtividade das suas terras.

Repetidas vezes o Governo tem dito que, a base da economia está na agricultura e na pecuária. O setor agropecuário é essencial na nossa vida, é essencial tendo em vista, a grandeza da nossa Nação, superior a 100.000.000 de habitantes, e por outro lado, tendo em vista a necessidade que o Brasil tem, de ser exportar produtos para compensar as exigências de nosso balanço de pagamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não basta somente levar a palavra aos agricultores, é necessário que o Governo, que dispõe de recursos materiais, leve o efetivo amparo ao homem do campo porque o homem do campo trabalha, produz, e a rentabilidade, nós sabemos é pouca. É, preciso que o Governo para fixar o homem na terra como é a meta apregoada, de condição de vida ao homem que ali vive, siga esta filosofia.

Neste sentido é que nós queremos encaminhar, através da Casa, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Allison Paulinelli, um requerimento que está vasado nos seguintes termos:

(Lê):—

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. que ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Alysson Paulinelli, DD. Ministro da Agricultura, apelo no sentido de que seja estudada a viabilidade de ser feita a eletrificação rural, sem ônus na construção das respectivas linhas aos proprietários rurais.

Que o Brasil é um país que tem na agricultura o sustentáculo da sua economia é assunto surrado, sendo indispensável portanto, que se volte os olhos para o setor rural em termos concretos, de sorte a ajudar o homem no seu trabalho para o desenvolvimento, além de criar-lhe condições necessárias para mantê-lo a permanecer no campo, como vem sendo reiteradamente afirmado pelo Governo, ser uma das suas metas.

Entre o que possa o Governo oferecer, de amparo ao homem rural, dúvida não há, de que é a energia elétrica, mês, não

aos termos em que essa política vem sendo adotada, senão pela forma que aqui se preconiza, de que a construção das redes no meio rural, seja feito, independente de ônus aos proprietários.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1975.—

(Sem revisão do orador).—”

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, terceiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidenten. Srs. Deputados.

Recebemos ontem ofício de comunicação do Conselho de Representantes do Paraná, através de sua Diretoria, Conselho este que congrega, em quarenta regiões, todo o magistério paranaense.

Neste ofício, solicitam para que constem dos Anais desta Casa as reivindicações básicas feitas pelos professorandos paranaenses aos Srs. Secretários da Educação e Recursos Humanos, consubstanciados nos seguintes termos:— (Lê)—

“Instituição de gratificação de Natal
Estabilidade Funcional;
Instituição de Aposentadoria por Velhice;
Paridade de Vencimentos;
Distribuição de Aulas Suplementares.”

Evidentemente, não teríamos condições para no curto prazo de que dispomos tecermos comentários e fazermos a leitura dos seguintes pontos:

“Face a angústia que vive o professor paranaense, motivada por fatores dos mais diversos, cujo sustentáculo é o Estatuto do Magistério, o qual, no nosso entender, poria fim ao drama funcional do professor, vimos às portas dessas Secretarias, para fazê-los sentir de perto a insatisfação da numerosa classe do profissional do ensino.

Estas, Senhores Secretários, são as principais reivindicações de caráter prioritário de interesse dos professores. Outras, muitas outras, há anos são debatidas nos congressos ou encontros de classe. Porém, não intenciona este Conselho, “entulhar”, de uma só vez o precioso tempo de V. Exa., com questões que podem posteriormente vir a baila, através dos órgãos de ambas as Secretarias disso encarregadas, dando-se assim, oportunidade ao professor paranaense de colaborar preementemente como diz nosso Governo, no sentido dos graves problemas da classe, solucionar, e que, também são do interesse da própria administração.

Na oportunidade, apresentamos a V. Exa., os protestos de elevada estima e distinta consideração.”

(Lê): Artigo primeiro - No mês de dezembro de cada ano será pago ao funcionalismo civil

(Lê): Artigo primeiro - No mês de dezembro de cada ano será pago ao funcionalismo civil e militar do Estado, e das autarquias, ativo e inativo, a título de gratificação do natal, importância equivalente ao vencimento devido nesse mês.

Artigo segundo — Nenhum desconto, inclusive a contribuição de previdência e o imposto de renda, incidirá sobre a gratificação instituída por esta Cédula Lei.

Artigo Terceiro - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo quarto - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

A segunda reivindicação básica:

“Fica instituída a aposentadoria, por velhice, no Magistério Público, obedecidas as seguintes normas:

I - O servidor ao completar 60 anos, se do sexo masculino,

poderá se aposentar com 80 por cento dos seus vencimentos e aos cinquenta e cinco anos se do sexo feminino.

II — Se, ao se aposentar, contar trinta anos de serviço, quer seja no serviço público ou empresa privada, se for do sexo masculino aos 25 se for do sexo feminino;

§ Único - Os proventos dos professores beneficiados pela presente lei, serão acrescidos de 4 por cento, cada ano seguido de trabalho até o máximo de 5 anos, quando atingirá o valor integral dos proventos se na atividade.

Artigo segundo - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo terceiro - Revoga-se as disposições em contrário.

O Terceiro Documento — “Paridade de vencimentos.

Pela lei complementar n.10, de 6 de maio de 1971, S. Exa. o Sr. Presidente. regulamentamos os artigos 96 e 108 § primeiro da Constituição do Brasil, determinou e fixou normas para a paridade de vencimentos entre os funcionários dos três poderes da União, o que vem sendo paulatinamente concretizado com a decretação de medidas concernentes ao cumprimento daquele dispositivo legal.

Nada mais justo face o atual congelamento de nível que a partir do nível o, o Estado do Paraná, dê especialmente no caso da professora primária lei 4024 ou professora de primeiro grau Lei 5692/71, esta paridade, pois até, que venha o Estatuto o professor será recompensado pela sua nobre missão de educar com um salário condigno com sua honrosa profissão. Em se dando a paridade de vencimentos como os demais funcionários do Poder Legislativo e Judiciário, o Paraná estará reconhecendo e valorizando o trabalho do homem da educação.”

Sr. Presidente, os documentos quatro e cinco e por terem maiores comentários a respeito, deixo para trazer na reunião de amanhã, no Pequeno Expediente.

Era só (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Revestem-se de singular importância os pronunciamentos do Presidente da República Ernesto Geisel, proferidos nestes últimos dias. O primeiro é de caráter político perante a Arena jovem do Paraná e perante os arenistas do Rio Grande do Sul.

Pessoalmente, o supremo chefe da Nação fez a convocação para que a juventude a par de sua missão de universitários, perfilasse os partidos, onde devem formar a consciência política de futuros dirigentes e exercitar a atividade eminente política.”

A convocação dos brasileiros jovens que anualmente aliam-se entre os eleitores, constitui para nós um sintoma alvissareiro de que o mandatário da Nação devota grande respeito à classe política e entende-a como imprescindível para a Pátria.

Demonstra confiança na juventude quando afirma que o futuro é dos jovens e que eles devem preparar-se condignamente para assumir as rédeas da Nação.

A convocação de servir, traz para nós, da classe política, uma verdadeira distensão e premonição a dias mais esperançosos.

Ao assumir pessoalmente o comando político da nossa Pátria o General Ernesto Geisel mostrou-se um estadista que entende o Poder não como propriedade sua ou de grupos, mas quer a participação de todos.

A convocação, embora traga conotações partidárias, pois afirmou que as realizações do Governo, são realizações da Arena, teve a dimensão de estadista ao conclamar a juventude a ingressar nos partidos políticos que ora existem.

Essa abertura se agradou a todos, sensibilizou especial-

mente a nós que numa sociedade pluralista entendemos a liberdade de escolha de credos, de ideologias e programas políticos, como um dos mais importantes.

A preocupação com o aumento da produção e da produtividade agro-pecuária nacional é o segundo tema que desejo comentar.

Os pronunciamentos de Porto Alegre e no Primeiro Encontro Nacional de Agrupercuaristas que se realiza nestes dias em Brasília congrega entidades e líderes da agricultura e pecuária nacionais, revestem-se da mais alta importância.

Na sessão de abertura dos trabalhos do conclave, o Sr. Presidente não temeu em afirmar que “produzimos pouco”. apesar de que o mercado interno e o internacional clamam por alimentos pois “apresentam características de fome”, enquanto a nossa população é subnutrida”.

Certamente, o pronunciamento perante os representantes das classes produtoras de agricultura e pecuária constitui-se num estímulo ímpar.

Pois colocou o Sr. Presidente e o Ministro da Agricultura, todas as condições da parte do governo para que a terra que propicia e a mão de obra que ainda existe em disponibilidade em nossa Pátria seja colocados a serviço da humanidade que segundo o Congresso da FAO que ora se realiza, aponta como um dos maiores flagelos de nossos dias.

Recebemos igualmente, com euforia, o pronunciamento do Presidente Geisel no setor da agropecuária.

Conhecemos de perto o drama em que se encontra o produtor, especialmente colocado diante daquele dilema de que o “produtor é que ganha pouco e o consumidor dispende muito.

Confessamos satisfeitos que os créditos oficiais para o setor de produção agrícola e pecuária foram sensivelmente ampliados e os problemas burocráticos simplificados.

A nosso ver os meios de controle deveriam permanecer cingidos a órgãos oficiais e não nas mãos dos grandes cerealistas,

Porisso a presença do Sr. Presidente no 1º Encontro Nacional da Agropecuária, é de maior relevância que cabe a nós apaludar.

— Muito obrigado.—

— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o quinto orador inscrito Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpellini - Sr. Presidente - Srs. Deputados

Meu pronunciamento no dia de ontem, causou um reboliço por mim completamente inesperado nos altos e médios escalões de meu Partido.

No século da comunicação imediata (fato novo importantíssimo que deve ser considerado nas reformulações que imagino) já à tarde em Brasília sabiam do meu pronunciamento nesta Casa.

E à noite dentre tantos recebi, todos eles aflitos, porque souberam que um Deputado do MDB do Paraná estava defendendo Ato 5, com todas as suas implicações, logo mesmo Deputado que tinha sido preso semanas antes . . . Pidiram aflitíssimos e o teor por inteiro do meu discurso e houve quem pedisse que revelasse com cuidado minhas obrigações estatutárias para com o partido, com vistas nas punições ali contidas.

“Fiz uma análise serena, pensada e repensada em torno do magno problema de nossa Pátria, qual seja o problema institucional.

Pensei principalmente num problema: Depois de 11 anos de Revolução, a oposição não conseguiu sair do lugar onde estava, com seu método de luta, e mais me impressiona e me impres-

sionou a afirmação diuturna, de todos que paira no ar UM IMPASSE SE O MDB VENCER AS ELEIÇÕES.

Impressionou-me e vem-me impressionando diuturnamente a afirmação de líderes incontestes de que "é inviável a alternativa do MDB e da Arena no Poder".

Impressionou-me e me impressiona a afirmação de que a Arena é o partido da Revolução, quando o ponto central da legitimidade da Revolução, sem o qual a mim me parece que seria ilegítima.

Está escrito no Ato Institucional nº 1:

"A Revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação".

Vi então que a Revolução pode ser encarada do ponto de vista de seus "valores" e pode ser encarada do ponto de vista de seu "processo".

Montado a cavaleiro no Ato Institucional demonstrei que a legitimidade da Revolução só se assenta na distinção que lá se fez da Revolução de todos os demais movimentos armados.

A Revolução é da Nação inteira e não de um grupo.

Portanto, a Revolução não é só da Arena.

É nossa também.

Não podemos entrar no jogo da Arena, permitindo que ela se confunda com a Revolução.

Ela, por intermédio de seus grandes mestres em política, os vindos certamente do PSD conseguiu sentar-se ao colo da Revolução, mas nós precisamos antes de mais nada, convencer ao Sistema de que há possibilidade de uma União Nacional em torno da Revolução, debaixo de um lema: "A Revolução acima dos Partidos"

Só concordamos com os seus "valores", com o seu processo, com "a sua expressão" normativa que é o Ato Institucional nº 5.

Lutemos companheiros do MDB para convencer ao "Sistema" que nós, é que temos condições de conduzir a Revolução Brasileira, porque a Arena já demonstrou que era.

Só esta distinção explica a legitimidade da Revolução e a "Legitimidade de meu pronunciamento".

Revolução de processo de força.

Ela é preparação para o Brasil de amanhã, plenamente institucionalizado.

Castelo Branco, logo ao empossar Milton Campos, entregou-lhe como primeira tarefa a reinstitucionalização urgente da Revolução.

Francisco Campos, ditou a Getúlio a necessidade de institucionalizar o Estado Novo, logo em seu início - o 10 de novembro de 1937.

Ele mesmo institucionalizou a Revolução de 64 com o AI nº 1.

O Ato nº 2 demonstrou que o "processo" ia-se demorar no tempo. Por isso, ou concordo com o processo ou entro na subversão.

Foi porque pensava assim que há quatro meses atrás...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede mais um minuto para V. Exa. terminar seu pronunciamento.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — Obrigado.

Como dizia, "há quatro meses atrás, num pronunciamento de improviso pedi a aplicação do Ato Institucional nº 5 aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a corruptos assentados em altos cargos do governo, sem que a Arena nada fizesse para conter esse bolsão de desvalor.

Porisso acho que o MDB está em condições de substituir

a Arena no Poder e melhor servir à Revolução ou ao Sistema, que deve, que precisa, colocar-se acima dos partidos para se transformar, na Revolução Nacional, uma revolução de todos nós.

Sr. Presidente, gostaria que a Presidência me cedesse mais um minuto, dado o alto-espírito de compreensão que vem dando e demonstrando nesta Casa.

(Assentimento da Presidência).—

Muito obrigado Sr. Presidente.

Houve várias interpretações a respeito do pronunciamento que fiz.

Uns achavam que o fizemos, porque tínhamos medo de alguma coisa.

Outros, falando em giria, queriam dizer estávamos querendo limpar o pelo, mas quero dizer a esta Casa e ao Brasil, que no dia 8 de agosto de 1975, portanto, há mais de 4 meses, este Deputado que agora, após o episódio ocorrido na cidade de Apucarana, há mais de um mês atrás, continua com o pensamento de 4 meses atrás, na defesa do Ato — 5.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso muito obrigado pela atenção de hoje.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente Srs. Deputados.

A minha rápida passagem pela tribuna nesta tarde prende-se a pedido do signatário, trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados o Decreto Lei 76326, que regulamenta a Lei 6225/75 de autoria do Governo Federal, que, me foi enviado, gentilmente pelo eminente Deputado Federal Hermes Macedo.

Queria nesta oportunidade enviar, através da Assembléia, os nossos agradecimentos aquele parlamentar pelo interesse que vem demonstrando, no dia a dia, pelo povo de seu Estado, principalmente pela classe menos favorecida.

Aproveito ainda a ocasião, Sr. Presidente, para encaminhar através de um requerimento, apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que está vazado nos seguintes termos:

(Lê).—

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para que, à exemplo do que foi recentemente adotado pelo Governo Federal, que através do Decreto 76.326 - regulamentando a Lei 6.226/75, institui a contagem recíproca do tempo de serviço na atividade privada e na esfera pública federal, também essa contagem seja instituída, na esfera estadual, visando desta forma beneficiar grande número de servidores públicos do Paraná, em anexo cópia do Decreto e da Lei mencionados.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975".

Em anexo uma cópia do Decreto Lei Federal.

Muito Obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito provável que o ano de 1975 venha a se constituir, na vida política brasileira, num marco que, em suas características, embora não se possa vislumbrar de que espécie, será verdadeiramente democrático, assim cremos.

Se assim acontecer o que o seja com a graça de Deus, não será sem sacrifícios, que nós a quem cabe principalmente

representar a vontade do povo neste período de transição da vida pública brasileira, teremos agido.

No entanto um a minoria do povo brasileiro naquilo que diz respeito aos destinos da Nação e que lhe está a fazer face, elegem os seus representantes.

Mas vejam os Srs. que, em cada município geralmente no máximo 30 ou 40 por cento dos seus habitantes são eleitores mesmo descontando-se os que não têm idade para votar.

A notícia é dada em todo o merecido destaque. A minoria dos habitantes votam.

O Deputado Israel Novaes, da bancada paulista, que anda sendo falado para lider da Oposição na Câmara, disse logo que o Senador Leite Chaves não podia ser muito criticado pois não deveria ter tido o prazer daquele retratação. Ele foi muito coagido para se retratar.

Pensou então, menos em si mesmo do que nas instituições a que pertencia."

Um exemplo que eu cito em favor dos partidos políticos, que até hoje em nosso País não ocupam o lugar que todos deveriam ter ocupado.

E se isso tivesse acontecido em 1889, podemos ter absoluta certeza de que todas estas revoluções que aconteceram em nosso País, provavelmente, todas, ou a grande maioria, não teria acontecido.

A revista "Veja", outro órgão de grande circulação no País, deu a seguinte manchete.

"Congresso, a garantia da tranquilidade", que diz entre outras coisas:

"Apanhado de surpresa pelas extraordinárias repercussões de suas idéias sobre o desenvolvimento das Forças Armadas na segurança do País, não há dúvida de que Leite Chaves soube pelo menos se credenciar a uma certa gratidão de seus pares.

Terça feira da semana passada, ao entrar no plenário do Senado Federal, dizia-se depender de suas atitudes a cassação dos mandatos de 14 parlamentares e o afastamento de um número variável de Secretários de Governos estaduais, pois é u a consistente superstição da política brasileira, que uma cassação — nunca vem sozinha.

Nervoso sob a pressão de tão graves responsabilidades o novo senador pelo Paraná, um paraibano que chegou sem escalas à política nacional, levado pelas surpresas que o MDB pregou à Arena nas últimas eleições, e desde então, conquistou uma certa imagem de destempero verbal, portou-se no desfecho do episódio com uma moderação a toda prova".

E o jornal "Folha de S. Paulo" em sua edição de cinco de novembro dando amplitude à matéria destacou:—

"Leite Chaves foi o último orador da sessão de ontem, e ao deixar a tribuna foi cumprimentado não só pelos companheiros de Partido, mas também pelos arenistas, inclusive o Presidente Magalhães Pinto e o Líder Petronio Portela. A fala do Senador paraanense foi ouvida em silêncio pelo plenário a esta altura tomado também por deputados e com as galerias totalmente lotadas, a despeito da hora".

E no mesmo dia o "Jornal do Brasil" em sua reportagem sobre o acontecimento, destacou o discurso pronunciado pelo Senador Leite Chaves, esclarecendo que "sua posição diante do papel das Forças Armadas foi resultado de entendimentos em que se empenharam dos dois partidos no Senado Srs. Petrónio Portela e Franco Montoro. Os esclarecimentos prestados pelo Senador Leite Chaves, com o objetivo de esvaziar mal entendidos contrastem com o que aconteceu em 1968 em relação ao discurso do então Deputado Márcio Moreira Alves, quando o Presidente da Câmara Deputado José Bonifácio, não impediu a cir-

culação do Diário do Congresso.

Como vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haveria uma série enorme de informações para contrariar aqueles que usando de um direito que é respeitado por todos nós, possa dar outra interpretação ao fato que acabo de notar.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se até certo ponto nós não declinaríamos desta condição honrosa de em nome de nossa bancada, nesta sessão, fazer os registros que estão sendo feitos, para que fique bem claro que nós respeitamos opiniões divergentes da nossa, não admitimos explorações menos dignas.

Dizíamos que se nos considerávamos honrados em poder discorrer sobre o episódio Senador Leite Chaves, cujas configurações de ordem estritamente legais ainda pretendemos fazer nas conclusões deste discurso, não é sem um constrangimento que devo fazer referência ao discurso que um colega da bancada, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, pronunciou desta tribuna.

Falo como líder da bancada e tenho a honra de falar, também, em nome do Presidente do MDB do Paraná, de quem já recebi ofício cuja solicitação vai expressa no requerimento que encaminharei a V. Exa., Sr. Presidente, no final.

Veja, Srs. Deputados, que os estatutos dos Partidos, realmente, são liberais, de ambos os partidos, inclusive o da Arena, cuja letra D do art. 73 vou ler neste instante e faz ele referência aos direitos e deveres dos filiados do Partido.

Diz a letra D do citado artigo:

"Os filiados ao Partido assiste os seguintes direitos partidários:

"manifestar-se sobre questões doutrinárias e políticas, desde que não conflitem como o regime democrático, com os princípios doutrinários do Partido ou com a s diretrizes legitimamente estabelecidas e com este Estatuto".

No programa de ação, no plano político a matéria emdebista é claramente explícita:

I — Implantação da normalidade democrática e a consequente condenação de todos os tipos de ditaduras.

(Letra a).

Letra b - Da institucionalização de regimes de exceção.

Letra c - Do continuísmo.

II— Defesa do regime representativo plenamente assegurado através:

a) do sufrágio universal direto e secreto para todos os cargos eletivos, notadamente o de Presidente da República, Governadores de Estado, Prefeitos das Capitais . . .

E vai aí afora em disciplinamento que correspondenàquilo que a lei estabelece, para que não só os partidos entre si possam viver, conviver e participar num plano de igualdade da vida pública, como dentro de si partidos tenham a sua representação assegurada e garantida pela lei.

Eu não vou me alongar muito neste assunto, porque é n'a matéria que entendo, no âmbito interno do nosso partido, de competência do Diretório Regionl do MDB e que, se é abordado pelo líder da bancada neste momento, é porque contingências que eunã preciso repetir, os Srs. todos são testemunhas dos discursos aqui proferidos pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, nos obrigam a que registremos também nos Anais da Casa esse exemplo negativo do respeito à Lei.

Defender o Ato Institucional nº 5 a um representante do povo, eleito principalmente pelo MDB, corresponde, para mim e para minha bancada, Sr. Presidente, numa ofensa sem tamanho àquilo que de mais sagrado todos conduzimos dentro de nós, que é a liberdade, defendida por todos os brasileiros através dos mais veementes exemplos de nossa História, um dos quais é lembrado, e que tece como figura central o imortal Tiradentes.

Não me parece fácil alcançar conclusões definitivas ante o panorama indefinido da política brasileira. Mas, forçoso é concluir-se que, pela sua essência, pela estrutura popular que a mantém, esta Casa existe em função do povo, que elege seus membros.

Mas, de qualquer forma, as casas legislativas e as prefeituras dos municípios não incluídos em áreas de segurança são, ou deveriam ser, os verdadeiros alicerces sobre os quais haverá de surgir um regime sob o império das instituições da Liberdade, da Família, do Direito, da Lei e da Justiça.

Honestamente, porém, nenhum povo alcançará verdadeira democracia sem que seja capaz de, antes de julgar o próximo, julgar a si mesmo. E o que, transcendental, aplicar-se a si mesmo as peças que, em situação idêntica, aplicaria ao semelhante.

Ou como falou Joaquim Nabuco —

“O meu maior amigo pode contar comigo para esquecer um só dos princípios que sempre sustentei, assim como o meu maior inimigo pode sempre contar comigo para a defesa da liberdade e do direito.”

Com relação ao Senador Leite Chaves, forçoso é reconhecer-se, antes de mais nada, que o ilustre representante da Oposição paranaense no Senado da República fez uso de uma alternativa legal:

o direito de retratação consagrado na Lei 5.250, de 1967.

Tanto assim é que, como afirma Galdino Siqueira, “O fim do pedido de explicações não é constituir meio de prova, mas precisar o verdadeiro sentido dos termos em questão.”

Sabe-se que a injúria pode ser assacada por diversas formas, além da ofensa positiva, caracterizando-se comumente, também, pela forma negativa ou oblíqua, traduzindo a intenção criminosa através de palavras que se prestam a dupla interpretação.

Daí o grande valor das explicações, judiciais ou não, e, no caso, os esclarecimentos feitos no Senado se equiparam, em validade jurídica, aos que se efetivassem num Tribunal.

O que é preciso, no entanto, é que, em determinadas circunstâncias, tenha a pessoa implicada, a necessária coragem em dar atenção a pedidos de explicação.

E se tornou inegável, que a atitude final do Senador Leite Chaves, em dar cristalinas explicações de suas alusões anteriores, é própria somente dos que pensam menos em si mesmos do que nas instituições a que pertencem e representam.

Teve a grandeza o Senador Leite Chaves, como poucos a teriam, em momentos tão difíceis e será essa a principal característica de sua imagem nesse episódio, que nenhuma espécie de injúria conseguirá ofuscar.

Agora, vejo-me na contingência dura, mas indeclinável de afirmar que o Sr. Deputado Domingos Scarpelini não falou em nome nem de sua bancada nem de seu partido, o MDB, aos quais, ao contrário, negou e, expressamente, desrespeitou em seus mais altos propósitos de entidade política.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ponto inicial de seu programa assenta que o MDB luta pela revogação do AI 5 e pela libertação do homem do medo e da necessidade.

A implantação da normalidade democrática e a consequente condenação de todos os tipos de ditadura, da institucionalização de regimes de exceção de do continuismo, bem como, a defesa do regime representativo, plenamente assegurado pelo voto direto e secreto, para todos os cargos eletivos.

Defender o AI 5, mesmo para processar elementos subversivos, “como pretendeu justificar o Sr. Deputado Domingos Scarpelini, constitui flagrante atentado ao bom senso, pois tais agen-

tes estão sujeitos à Lei de Segurança Nacional, em pleno vigor e aplicação.

Em razão do exposto, e atendendo justo pedido formulado pelo ilustre Presidente da Comissão Executiva Regional do MDB do Paraná, recebido por esta liderança, estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, requerimento sujeito à despacho de V. Exa. no sentido de que seja fornecido certidão de inteiro teor do discurso ontem pronunciado pelo Deputado José Domingos Scarpelini, nesta augusta Casa, a ser encaminhada, tal — certidão, por nosso intermédio, ao Diretório Regional do MDB para os fins de direito e da legislação vigente.

Muito obrigado.—

(Com revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Faltando apenas 5 minutos para o término do Expediente, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, declinou da palavra hoje, e está incrito para a sessão de amanhã.

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 96/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 201/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o município de Terra Roxa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Arthur Costa e Silca, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 97/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 203/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de Carlópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 98/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 204/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o município de Carlópolis, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 102/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 211/75, que aprova o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Porecatu, objetivando construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 103/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 212/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Pr., através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 104/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 214/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná, na sede do referido município.

Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 105/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 215/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando ampliação de prédios para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido município.

Parecer favorável ad CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 106/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 216/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior com o município de Santa Isabel do Oeste, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede daquele município.

Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 218/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando reparos em diversos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 219/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Rio Bom, objetivando a construção na sede do referido município de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 220/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Quatingá, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Gonçalves Lopes e o Grupo Escolar Sílvio Zanini, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 64/75, encaminhando anteprojeto de lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1976. Parecer favorável da C.O., COM EMENDAS.

Sobre o Projeto de Lei 132/75, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, e mais 18 assinaturas, que diz o seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem a discussão, em planfio, da Emenda Orçamentária 108, e constante do Avulso ora em debate na Casa,

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

aa) Nilso Sguarezi, Jayme Rodrigues Carvalho, Gabriel Sampaio,

João Cioni Neto, Valter Pietrângelo, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Nelson Buffara, Waldenício Barbalho, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Muggiati Filho, Gabriel Manoel, Antonio Facci, Otássio Pereira, Lúcio Machado, Hélio Manfrinato e Trajano Bastos”.

Sobre o mesmo projeto de lei, existe outro requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, e mais 19 assinaturas dos Srs. Deputados, que diz o seguinte. Lê:

“Senhor Presidente.

Os Deputados signatários, no uso de suas atribuições e na forma facultada pelo Artigo 7 da Resolução 17/67, que deu nova redação ao Cap. IV do Regimento Interno, a apreciação em plenário de Emendas número 04 e 05, oferecidas ao Projeto de Lei 132/75, Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1976.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

aa) Ivo Thomazoni, Rosário Pitelli, Fabiano Braga Cortes, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Jorge Sato, Jurandir Messias, Dácio Leonel, Gabriel Sampaio, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Gabriel Manoel, Quielse Crisóstomo, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Soares, Basílio Zanusso, Alfredo Gulin e Leopoldo Jacomet”.

Em discussão o projeto. — Encerrada discussão. — Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. — Aprovado o Projeto.

Em discussão a Emenda 108. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Comissão de Orçamento, uma emenda para doação, dentro do Orçamento, de uma verba à Casa do Estudante Universitário.

Infelizmente o tempo é escasso para que pudéssemos discutir aqui da utilidade deste emenda.

Temos aqui, encaminhado pela Casa do Estudante, um fardo documentário, no qual a direção daquela Casa demonstra as necessidades por que passa. Encontra-se esse relatório, em nossas mãos, à disposição dos Srs. Deputados, inclusive com fotografias, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se tem falado no estudante brasileiro. As campanhas políticas têm sido feitas sobre as costas dos estudantes. Promessas de toda e qualquer maneira, mas não temos visto, da parte do Governo, os olhos voltados aos estudantes paranaenses. Então nós estamos pedindo para que nossos pares desta Casa votem pela emenda 108, que dá uma verba à Casa do Estudante, e eles não pediram em vão. Seria um absurdo, Srs. Deputados, que nós negássemos ao estudante da CEU essa parcela de cooperação.

Há poucos dias lá estivemos, em número de 22 Srs. Deputados, inclusive o Presidente desta Casa, e vimos de perto, as necessidades porque eles passam. Seria um absurdo que se negasse a aprovação à essa emenda, seria um absurdo que o Governo do Estado exigisse que nós negássemos esta emenda.

Quando o Governador do Estado, através de seu órgão, Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, Departamento de Unidade Sanitária, notificou, no dia 04 de novembro, à Casa do Estudante Universitário, no seguinte teor: “Termo de Intimação à Casa do Estudante Universitário, situada à rua Luiz Leão, 1, de conformidade com os artigos da Lei 6155, de 12 de janeiro de 1938, do Regulamento Sanitário em vigor, fica por este instrumento intimado a iniciar em 48 horas e terminar no prazo de 30 dias, as seguintes exigências: 1.º Cozinha, dispensa e

Câmara Frigorífica. No setor superior, proceder reforma geral nos setores de cozinha, dispensa e câmara frigorífica, com pintura geral nas paredes; substituir os azulejos quebrados ou recolocar os que faltam;

reparar o piso do local;

reparar as mesas de fórmica existentes;

retirar prateleiras de madeira existentes nas câmaras frigoríficas, ou substituí-las por material galvanizado ou aço inoxidável;

proceder reforma geral no fogão à óleo;

limpeza, vazamento, dando condições de perfeito funcionamento;

proceder reforma geral no sistema de exaustor e cúpula;

proceder reforma geral nas painéis de pressão (a vapor);

sistema de isolamento térmico e acessórios sem condições;

proceder reparos nos gabinetes de pias e na máquina de lavar bandejas e talheres;

substituir os utensílios de cozinha em geral;

painéis de alumínio, caldeirões e talheres;

proceder reforma geral no sistema elétrico, principalmente na central elétrica existente na cozinha;

proceder reparos nos cifões, ralos e demais acessórios da rede de esgoto da cozinha;

proceder reparos na copa térmica, sistema de serpentina (calefação existentes no local.

Sistema inferior:

reforma geral no setor inferior da cozinha e dispensa;

proceder reparos geral no sistema de caldeiras da cozinha;

proceder reparos em geral nas instalações sanitárias para os funcionários;

colocar tampas e assentos nos vasos;

proceder pintura nas paredes dos banheiros;

proceder reparos no sistema elétrico (força ininterrupta);

proceder reparos nas válvulas de descarga, chuveiros, torneiras e lavatórios;

manter a arrumação e limpeza nos banheiros;

fazer uso de papel higiênico nos sanitários.

LAVANDERIA:

a) pintura: proceder pintura geral nas paredes.

b) impermeabilização: proceder reparos no piso do local.

c) proceder reparos nos ralos, sifões e rede de esgoto para o escoamento de águas servidas.

d) proceder reparos gerais nos banheiros do local.

e) proceder reparos nas máquinas batedouras de roupa, centrífugas, estufas e passadeiras.

f) proceder reforma nas instalações de tubulação a vapor ou sistema de caldeiras.

REDE DE ESGOTO:

a) proceder reparos gerais e limpeza nas caixas de gordura, caixas de inspeção e tubulações.

b) proceder reparos na bomba de recalque encaminhando o afluente para o destino adequado.

c) proceder reparos nos sistemas de escoamento de águas pluviais do porão do prédio, dando assim vazão.

d) proceder limpeza e pintura geral no subsolo aonde acha-se instalado o sistema de rede de esgoto.

SISTEMA DE REDE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS

a) proceder reparos em geral no sistema de distribuição de águas.

b) proceder reparos nos setores de calhas e outros, evitando infiltração de água no interior do prédio.

c) proceder reparos, pintura e limpeza nas instalações da sísterna.

d) proceder reparos em geral nas instalações sanitárias, banheiros, lavatórios e outros (setor superior) do prédio.

SETOR INTERNO (SUPERIOR DO PRÉDIO)

a) proceder reparos em geral nos quartos e/ou apartamentos:

A. proceder pintura nas paredes.

b) substituir vidros quebrados e/ou colocar os que faltam.

c) recolocar tacos soltos existentes.

d) proceder reparos nas fechaduras e/ou portas.

SETOR EXTERNO DO PRÉDIO

a) proceder limpeza e/ou pintura no prédio em geral.

b) manter arrumação e limpeza nos setores de jardim.

c) adquirir coletores com tampa de lixo.

d) providenciar a frequente remoção dos resíduos de óleo e outros detritos existentes nas proximidades das caldeiras e sistema de exaustor.

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

a) apresentar as carteiras de saúde revalidadas de todos os funcionários que trabalham na Entidade.

b) fazer uso do guarda-pó e gorro, em serviço, todos os funcionários que atendam os setores de cozinha, restaurante e bar.

c) manter todos os setores de trabalho da Entidade dentro dos requisitos e/ou normas sanitárias".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui as necessidades da Casa do Estudante Universitário. É do conhecimento de todos que há poucos dias naquela Casa, um rapaz que disse ter vindo do Ministério de Educação e Cultura, deu um desfaleque. Os estudantes não sabem mais o que fazer.

Encaminhamos essa emenda para que estes benefícios sejam atendidos, porque é exigência do próprio Governo, é exigência do Departamento de Unidade Sanitária. E os estudantes têm o prazo de trinta dias para que a Casa não seja fechada, para que tenham condições de lá viverem, para se prepararem melhor, mais tranquilos, para a defesa de seu futuro.

Fica portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pedido não nosso, mas da Casa do Estudante, dos moradores daquela casa, para que os Deputados os atenda votando esta emenda, para que possam atender às exigências do Governo do Estado, através de um dos seus órgãos.

Este o nosso pedido e pedimos a aprovação da Emenda 108. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O respeito que sempre mereceram os estudantes paranaenses e brasileiros que estudam no Paraná, faz com que, desta tribuna, alinhemos algumas condições para que não pareça, nem de leve, que a bancada da ARENA pretenda, tenha pretendido, ou venha a pretender no futuro deixar de se sensibilizar pelas necessidades por que passam os residentes da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Inicialmente, devo considerar que a aprovação de uma emenda orçamentária atribuindo determinada dotação em favor da CEU não significaria como não significa, nenhum comprometimento do Poder Executivo quando à obrigatoriedade no seu pagamento.

Isto posto, deseja a Liderança da ARENA, significar para

que haja um entendimento alto de que houve, por parte do Sr. Governador do Estado, num entendimento com a Assembléia, um acordo de que no orçamento geral do Estado haveria uma dotação global sob a rubrica SUBVENÇÕES A ENTIDADES ASSISTENCIAIS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS, importância que deveria — como vem sendo atualmente — ser manuseada pelo Chefe do Poder Executivo e por indicação dos Srs. Deputados de ambos os Partidos.

Isto posto, o que quero significar é que, a cada Deputado com assento nesta Casa foi conferido pelo Sr. Governador do Estado o poder de, através de simples indicação por ofício, atribuir subvenções sociais a entidades assistenciais, educativas e culturais, até determinada importância, subvenções sociais que o Deputado não recebe para repassar, mas que o Deputado através de um simples expediente dirige, ao Governador do Estado, indica a entidade que deva merecer dele Deputado, a importância por ele Deputado, deferida.

Quero, com as explicações que estou fornecendo, informar que muito melhor para as entidades necessitadas de auxílio é esta fórmula de atendimento, do que propriamente aquela de se inserir no orçamento emendas, conferindo-lhes auxílios porque estas, se aprovadas, não submetem o Governador do cumprimento delas. Muito mais racional é o Governo do Estado, o atual e os anteriores, tem cumprido à risca. Deferem à entidade, por indicação, dos Srs. Deputados.

No exercício de 76, os Deputados que pretenderem auxiliar a Casa do Estudante Universitário de Curitiba poderão fazê-lo.

E a importância preconizada nesta emenda, para simplificar, dois Deputados, se pretendessem, poderiam cobrá-la, bastando que indicassem a Casa do Estudante Universitário como beneficiário deste atendimento. E para que a opinião pública não considere esta prática como não sendo a melhor, convém que se diga que a indicação do Deputado no processamento, mediante a dotação governamental como a Secretaria da Fazenda destinando a verba a entidade que a recebe diretamente no Banco do Estado do Paraná, sem que em nenhuma outra oportunidade, a não ser da indicação o Deputado participe como recebimento, ou da sua aplicação.

Era portanto, o esclarecimento que desejava fazer, dando como muito mais produtiva esta prática do que propõe emendar-se o orçamento e sujeitar-se o Deputado, no futuro, que não possa atender em ato de calamidade pública, entidade assistencial de diferentes regiões do Estado que, na oportunidade do recebimento, possam estar também carentes de recebimentos de auxílios e é esta a única razão pela qual votaremos pela rejeição da emenda, mas como ocorreu neste exercício de procurar já quase no final ou no início do último trimestre deste ano, onde pude deferir pequena importância da Casa do Estudante Universitário de Curitiba, no próximo exercício prometo, que meu auxílio pessoal a esta entidade deva e poderá ser maior ou triplo do que pude deferir neste ano, porquanto fui procurado depois de se haver prometido quase que o total da importância cabível a este Deputado para que eu possa manter o mesmo respeito que sempre mantive com o residente da CEU e para que eles entendam que não será a emenda, que poderá tirar da insolvência aquela Casa, mas que deverá ser o trabalho junto aos universitários da época mais oportuna, que haverá de fazer com que esta Casa, que tem Deputados de ambos os Partidos, compreensão das necessidades e possamos auxiliar de maneiras mais positivas a fim de que tenhamos uma classe estudantil, também o reconhecimento e que não se coloquem a favor ou contra a classe estudantil e os depu-

tados que fiéis a um acordo de cavalheiros que vem sendo mantido por vários anos por esta Casa com o Governador, possa continuar, dialogando, a critério de cada deputado, as subvenções para as entidades que cada um considere mais carente de recursos. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a Emenda 108.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

Em discussão a Emenda 4. Encerrada discussão. Em votação:

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda 4, queiram conservar-se como estão. — REJEITADA.

Em discussão a Emenda 25. Encerrada a discussão. Em votação:

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda 25, queiram conservar-se como estão. — REJEITADA.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 105/74, de autoria do Deputado Aryzone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto sobre o rio Jordão, a estrada que liga o Município de Pinhão à localidade de Santa Clara. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 105/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Jordão, na estrada que liga o Município de Pinhão à localidade de Santa Clara.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1974.

a) ARYZONE MENDES DE ARAÚJO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 10/74

A justificação que acompanha o plano de lei em exame nos convence plenamente da conveniência e oportunidade de se construir uma ponte de concreto no local mencionado, de que haveria grande progresso para a população de ambas as localidades.

Todavia, a Constituição Estadual, reproduzindo regra incerta na Constituição Federal, veda ao Poder Legislativo a iniciativa de leis que criem, aumentem ou autorizem a despesa pública, a qual é reserva, privativamente, ao Governador do Estado.

Nestas condições o nosso parecer é pela REJEIÇÃO do projeto, por ser o mesmo flagrantemente INCONSTITUCIONAL.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/74

De autoria do nobre Deputado Aryzone Mendes de Araújo objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto sobre o rio Jordão, na estrada que liga o Município de Pinhão à localidade de Santa Clara.

Embora a dita Comissão de Constituição e Justiça tenha se pronunciado pela rejeição deste plano de lei, a justificativa que

o acompanha nos oonvence sobejamente da oportunidade e conveniência da sua concretização. Efetivamente, trata-se de um Projeto de Lei meramente autorizatório, e a medida nele pleiteada, se aprovada por esta Casa, viria beneficiar e impulsionar o progresso daquela rica região do nosso Estado.

Nestas condições nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
ARAGÃO DE MATOS LEÃO – Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/74

De autoria do nobre Deputado Aryzone Mendes de Araújo, objetiva o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto sobre o rio Jordão, na estrada que liga o Município de Pinhão à localidade de Santa Clara.

Em que pese o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição do projeto, o que não implica no ponto de vista da Comissão que ora o analisa, e, considerando o interesse coletivo, aliado aos interesses do próprio Estado como bem salienta o seu autor na justificativa, da proposição opinamos, nestas condições, pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente
LINEU TURRA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 187/74 de autoria do Deputado Wilson Fortes, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Maury Rodrigues da Cruz. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 187/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao DOUTOR MAURY RODRIGUES DA CRUZ.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1974.

a) WILSON FIGUEIREDO FORTES

JUSTIFICATIVA:

A personalidade ilustre do Dr. Maury Rodrigues da Cruz, está plenamente caracterizada no seu substancial currículo vitae, que acompanha o presente projeto de lei, ora submetido à apreciação e deliberação da Casa.

Nascido na tradicional cidade de Castro, em nosso Estado, o Dr. Maury Rodrigues da Cruz, que é bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, e Professor Licenciado em Letras Sociais, diplomado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade, tem se destacado nos setores jurídico e educacional de nossa terra, mercê de sua inteligência e cultura e dos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, particularmente em Curitiba.

Mas é no campo assistencial que o Dr. Maury tem demonstrado seu profundo espírito humanitário, através da obra meritória e de grande alcance social que tem desenvolvido, e desenvolve, em prol dos menos favorecidos pela sorte. À frente do Lar

Escola “Dr. Leocádio José Correa” (creche) em nossa Capital, do qual é seu fundador, o nosso homenageado, numa afirmação do seu profundo sentimento de amor ao próximo, ali desenvolve atuação das mais profícuas, sem medir sacrifícios, contribuindo de forma significativa para a prática da verdadeira e efetiva assistência social em nossa terra.

Por tudo isso, outorgar-lhe o título ora proposto, é se lhe reconhecer os grandes méritos que possui.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 187/74

O plano de lei em estudo, de autoria do Deputado Wilson Fortes, tem por escopo conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Maury Rodrigues da Cruz.

Além da legalidade de que se reveste a iniciativa, é das mias justas, pois o curriculum vitae do erudito mestre paranaense enfocado é dos mais brilhantes. Digna de destaque é a notável obra assistencial que desenvolve à testa do Lar Escola “Dr. Leocádio José Correa”, nesta fase da história da humanidade, em que aumentam os problemas sociais e o egoísmo parece estar se acentuando.

Somos inteiramente favoráveis à aprovação do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente
EZEQUIAS LOSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 51/75, de autoria do Deputado Lineu Mansani Turra, que inclui no Plano Rodoviário Estadual, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada São Mateus do Sul – São João do Triunfo – Palmeira. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.V., COMO SUGESTÃO AO PODER EXECUTIVO. – Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 51/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica incluído no Plano Estadual Rodoviário a retificação e pavimentação asfáltica da estrada São Mateus do Sul – São João do Triunfo – Palmeira.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) LINEU MANSANI TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto quer a inclusão no Plano Rodoviário do Estado, para retificação e pavimentação asfáltica da estrada nele referida.

Trata-se de projeto que visa incluir obra em plano a ser executado pelo Poder Executivo, e que não impõe a sua execução, isoladamente, de sorte a encontrar óbices no preceito constitucional, que trata de vedação de encargos financeiros por iniciativa do legislativo.

No respeitante à importância da estrada, é inegável, pois dela virão se beneficiar não só os municípios que ela corta, como também toda a região sul e mesmo a região sudoeste que terá meio de escoamento de sua produção, especialmente para a cidade de Ponta Grossa.

De outra parte, há que ponderar, serem os Municípios que

se pretende dotar da estarda asfaltada, hoje grandes produtores de cereais, como também partilhando de outros setores da economia paranaense, como erva mate e madeiras, o que tem sido esquecido pela administração pública.

Os benefícios de uma rodovia asfaltada, sem dúvida, serão incalculáveis para a região e também para o próprio Estado, será largamente beneficiado, inclusive pela valorização das terras da região, indo se refletir não só em melhores condições de produtividade, como também pela arrecadação de impostos através as transmissões de imóveis, que inevitavelmente ocorrerão, pela maior interesse daqueles que se dispõem à exploração da terra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/75

De autoria do nobre Deputado Lineu Turra, objetiva este Projeto de Lei incluir no Plano Rodoviário Estadual, a retificação asfáltica da estrada São Mateus do Sul - São João do Triunfo - Palmeira.

Em que pese a louvável iniciativa, trata-se, sem dúvida, de aumento da despesa pública, o que é vedado pelo artigo 35 da Constituição Estadual, que assim preceitua: "Art. 35 - É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Verifica-se, dessa forma, que a medida é da competência exclusiva do Poder Executivo.

Nestas condições, nosso parecer é pela rejeição do plano de lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

aa) ACCIOLY NETO - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/75

Louvamos o mérito do projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado LINEU TURRA, que pretende incluir no plano Rodoviário Estadual a retificação e pavimentação asfáltica da estrada que liga São Mateus do Sul, São João do Triunfo e Palmeira.

Entretanto, como o referido Projeto é inconstitucional, por envolver despesas, somos do parecer que o mesmo seja transformado em sugestão ao Sr. Governador do Estado, visto ser a referida estrada uma necessidade premente e urgente.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1975.

aa) QUIELSE CRISOSTOMO - Presidente

LÚCIO MACHADO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/75

O anteprojeto ora em exame envolve a inclusão, no Plano Rodoviário do Estado, da retificação e pavimentação da estrada São Mateus do Sul - São João do Triunfo e Palmeira.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, rejeitaram por ser inconstitucional, que resultaria em aumento de despesa para o erário público.

Em que pese o pronunciamento das citadas Comissões, e aprovação da matéria, não provocará de imediato qualquer despesa, nem o Poder Executivo seria compelido a tal.

Embora figure daquele Plano, a sua execução dependerá, sempre e exclusivamente, de destinação de recursos necessários pelo Poder Executivo.

Assim, acreditamos que a proposição não contraria a lei maior. Além do que, o assunto é por demais importante para a economia estadual, pois virá proporcionar condições ideais de escoamento das safras de uma região do Estado.

Em face do exposto, opinamos no sentido de que se aprove o anteprojeto deste processo, de interesse para o nosso Estado.

Em face do exposto, propomos a aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1975.

aa) ALFREDO GULIN - Presidente

LINEU TURRA - Relator

O parecer da Comissão de Finanças é no sentido de que o referido projeto seja transformado em sugestão ao Sr. Governador do Estado. Em votação. **Aprovado o parecer.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 53/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo admitir, sob regime de CLT., servidores que, por excederem o limite de idade, não foram aproveitados na categoria do Pessoal Suplementar. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J. e C.F. e **favo- rável da C.R.H.**

PROJETO DE LEI Nº 53/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a admitir, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, os servidores que, por excederem o limite máximo de idade estabelecidos nos Decretos Regulamentares 5014, de 14 de dezembro de 1974, e 4766, de 5 de fevereiro de 1973, não forem aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar, instituída pela Lei 5508, de 13 de dezembro de 1973.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 5508, referida no corpo do Projeto, objetivou instrumentalizar o Executivo para o trato com o pessoal eventual, contratado, ao instituir a categoria de Pessoal Suplementar e estabelecer o respectivo regime jurídico.

Também para a grande maioria dos servidores enquadráveis nessa categoria, que são os chamados "recibados", foi benéfica a Lei, pois tiveram regularizada sua situação.

Todavia, uma minoria foi excluída do enquadramento que a Lei propiciou por força dos limites máximos de idade estabelecidos nos Decretos regulamentares, também referidos no corpo do projeto.

Realmente, a fixação em 35 anos (Decreto 4766) ou em 45 anos (Decreto 5014) do máximo de idade para admissão na categoria, importou em excluir dos benefícios da Lei 5508 os "recibados" que eventualmente, à época da entrada em vigor dos decretos regulamentares, haviam ultrapassado esse limite.

Fica assim configurado, o objetivo salutar do presente projeto - eliminar uma injustiça, não deixar desassistidos servidores

que, no todo, representam uma minoria, mas na realidade constituem número elevado de pessoas.

Aproveitá-los sob o regime de CLT seria a maneira de reparar uma injustiça e atender às necessidades de servidores carentes de amparo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa autorizar o Poder Executivo a admitir sob o regime de CLT servidores que, excederem o limite máximo de idade estabelecido nos Decretos regulamentares 4766, de 14/12/73 e 5019, de 5/1/74, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar, instituída pela Lei 6508 de 13 de dezembro de 1973.

Embora tenhamos como das mais louváveis a iniciativa do autor do Projeto e a acertiva da sua justificação, o mesmo contraria disposições constitucionais, já que, o § primeiro do art. 25 da C.E. preceitua que a iniciativa de Leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou despesa pública, são de competência exclusiva do Sr. Governador do Estado.

Isto exposto, o nosso parecer é contrário, ao Projeto de Lei 53/75, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 1975

- a) ACCIDLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/75

De autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, o Projeto de Lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo admitir, sob o regime de CLT, servidores que excederem o limite de idade, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar.

A CCJ, já emitiu parecer sobre a constitucionalidade da matéria, opinando contrariamente ao Projeto.

No âmbito dessa Comissão, o nosso parecer, tendo em vista, a inconstitucionalidade argumentada pela Comissão de Justiça, é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1975.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) GABRIEL MANOEL — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 53/75

Embora contrariando dispositivos de ordem Constitucional e sofrendo o crivo de Decretos Regulamentares com os quais o Poder Executivo de nosso Estado estabeleceu em 35 e 4 anos o máximo de idade para ser admitido na categoria CLT, não se entende na época em que vivemos manter párias na função pública, pois o Poder Público não pode e não deve ser mau patrão.

Na escala dos valores, o homem sempre foi o elemento primordial e socialmente falando, não se compreende injustiças a uma pleiade de servidores, uma minoria mas que em seu todo deverão ter obrigação socio-econômicas para com esposas, filhos...

Eliminar injustiças, equacionar problemas socio-economi-

co-administrativo de seus servidores, é obrigação do Poder Público, e não favor.

Salutar, foi o objetivo do legislador, em querer atender às necessidades desses servidores carentes de amparo.

Esta Comissão de Recursos Humanos, louva iniciativas como esta e dá seu parecer: FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 1975.

- a) JURANDIR MESSIAS — Presidente
a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre o projeto de lei de minha autoria, que recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, eu deveria, como questão moral, fazer uma justificação. Evidentemente que conhecemos a lei que faculta ao Chefe do Poder Executivo o privilégio - por assim dizer - de legislar sobre pessoal ou tudo aquilo que envolve o Orçamento.

Acontece que o nosso projeto de lei é autorizatório e visa dar ao Governo do Estado a autorização, que poderá ser usada ou não, para admitir sob regime de CLT os servidores que por excederem os limites de idade impostos pelo Decreto 47/106 e 50/14, não foram aproveitados na categoria de pessoal suplementar.

Vou ler o parecer da Comissão de Recursos Humanos, que apesar da assinatura ilegível de seu relator, dá um quadro daquilo para o que solicitei sua aprovação.

(LÊ):—

Sr. Presidente, observamos na prática da vida parlamentar de representante de regiões do interior do Estado que no mesmo Estabelecimento de Ensino dificilmente se pode explicar a um servidor que anteriormente percebia um salário mínimo proporcional ao tempo de trabalho, e que após a regulamentação feita pelo Decreto 47/66 receberam uma majoração em seus vencimentos e que outros servidores do mesmo estabelecimento, não o tiveram, porque ultrapassaram o limite de idade imposto pelo mesmo decreto.

Visa esta lei autorizar o Poder Executivo a que dê, em casos especiais, por tempo de serviço exclusivo, paridade de vencimentos, aquele servidor que tem as mesmas condições do seu companheiro de trabalho, mas que apenas ultrapassou o limite de idade imposto por aquele regulamento.

Peço aos Srs. Deputados, aprovação, para este projeto de lei autorizatório, ao Sr. Governador do Estado. Muito obrigado. (Sem revisor do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Deputado Dácio Leonel, para encaminhar à votação.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O parecer ao Projeto de Lei 53/75, dado na CCJ pelo ilustre Deputado Nilso Sguarezi, entendemos que ele retrata muito bem a matéria.

Inclusive, diz S. Exa. no seu parecer: "Embora tenhamos como uma das mais louváveis a iniciativa

O (continua lendo).

O ilustre autor da presente matéria, para sustentá-la, esclarece que se trata de uma medida autorizatória apenas ao Sr. Governador do Estado.

Ocorre, Srs. Deputados que na CCJ até então, sempre se

utilizou a válvulas das medidas meramente autorizatórias para que recebessem o apoio daquela Comissão, e como consequência, a votação deste plenário.

Todavia, interpretando o artigo 35 da C.E., onde encontramos que é da competência do Poder Executivo, a iniciativa das Leis orçamentárias e das que abram créditos fixos em vencimentos e vantagens ao servidor público, concedam subvenção, auxílio ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem despesa pública.

E como consequência observa-se que na própria C.E. já está a expressão "autorizem o aumento da despesa pública."

Esperamos, mais uma vez, que esta Casa acate, porque já o dissemos e entendemos ser das mais louváveis a iniciativa do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, porém, pelo seu aspecto constitucional, está ferindo o artigo 35, da Constituição.

Daí porque estaremos com o parecer da Comissão, e votaremos contrariamente ao projeto de lei.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Em votação. APROVADO o Projeto de Lei nº 53/75.

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei 89/75, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que incorpora aos vencimentos do funcionalismo Civil e Militares do Estado que vierem a se aposentar, por tempo de serviço, os benefícios e vantagens recebidos a qualquer título no período correspondente a 2 anos anteriores a inatividade. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ. e favoráveis da CF. e C.R.H.—

PROJETO DE LEI Nº 89/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A partir desta Lei, os funcionários civis e militares do Estado que vierem a se aposentar, por tempo de serviço, terão incorporados aos vencimentos, para efeitos de cálculos de proventos de aposentadoria, os benefícios e vantagens recebidos a qualquer título, no período correspondente aos dois anos imediatamente anteriores à data em que completar o tempo para gozar dos direitos de inatividade;

Art. 2º - As despesas decorrentes correrão à conta da verba orçamentária própria;

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) NELSON BUFFARA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 89/75.

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, visa incorporar aos vencimentos, para efeitos de cálculos de proventos de aposentadoria dos funcionários Civis e Militares do Estado, os benefícios e vantagens recebidos a qualquer título, no período correspondente aos dois anos imediatamente anteriores à data em que completaram o tempo para gozar dos direitos de inatividade.

Embora a iniciativa seja a das mais louváveis, e a justificativa do Projeto nos convença da sua oportunidade, o mesmo está revestido de inconstitucionalidade.

Isto em face do que preceitua o parágrafo primeiro, do artigo 25 da CE, que atribui como competência exclusiva do Governador do Estado, iniciativa de Leis que aumentem a despesa pública ou disponham sobre servidores públicos do Estado, seu

regime público, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Nestas condições o nosso parecer é contrário ao projeto opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 89/75

Ficando o Poder Executivo com autonomia de votar ou não o presente projeto e por considerá-lo de alto espírito e de grande objetividades aos anseios das classes beneficiadas, somos favoráveis ao projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Nelson Buffara.

Pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 89/75

Oferecer ao funcionário aposentado as mesmas condições pecuniárias da atividade como prêmio pelos longos anos de serviços prestados ao Poder Público, é medida altamente justificada:

- 1 — Não se concebe atualmente, que o funcionário após tantos anos de serviços prestados ao Estado ao aposentar-se veja seus já minguados vencimentos cortados daquelas vantagens e benefícios que recebia na atividade, o que aliás ocorre com todas as camadas funcionais deste Estado.
- 2 — A situação acima exposta, tem trazido para os Quadros do Funcionalismo Público um entrave não só em sua renovação como em sua atualização frente a evolução tecnológica que atravessa o Estado, e que necessariamente terá que ser introduzida na função pública.
- 3 — Diante do aprimoramento das Leis deste País, cuja meta é vir de encontro aos anseios em amparar, prestigiar e dignificar o ser humano, entendemos o grande alcance social para a classe do Funcionalismo Estadual e para a própria Administração Pública, dos ideais que nortearam o nobre autor da presente propositura, tomamos aqui a liberdade de chamar a atenção do Poder Público para o problema não só de ordem Social, Administrativa e Tecnológica, que tem causado a administração do Estado o não aceite de planos de Lei desta natureza, e sobre este nosso parecer FAVORÁVEL.—

Sala das Reuniões, em 2 de outubro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente

a) GABRIEL MANOEL — Relator.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).—

Sr. President, nas mesmas circunstâncias do projeto anterior, queremos tão somente justificar que este projeto de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, recebeu deste Deputado, o parecer favorável, porque atendemos que o funcionalismo público deve ser amparado nas suas vantagens e atribuições, quan-

do desempenho e contribui para este Estado, para este País. E demos nosso parecer favorável porque entendemos que os mesmos benefícios que lhe é atribuído quando no desempenho de suas funções, enquanto útil ao Estado e à Nação, seja-lhe atribuído em sua aposentadoria.

Era só Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Projeto de Lei.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar à votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou à vontade, porque, mesmo com o coração sangrando, votei contra o projeto de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Mas, na Ordem do Dia de hoje, consta o Projeto de Lei 147/75, de autoria do Poder Executivo, que preconiza alterar dispositivo do Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, conferindo vantagens aos funcionários públicos estaduais.

Lembro-me Sr. Presidente, de que havia proposto a medida, mediante projeto de lei de minha autoria e que a douta CCJ, a que tenho procurado respeitar os seus pareceres, solicitou e obteve da totalidade de seus membros, parecer em que determinava fosse o referido projeto de lei convertido como sugestão ao Sr. Governador do Estado.

E isso foi feito.

O Sr. Governador do Estado atendeu as ponderações contidas na justificativa daquele projeto de lei, e remeteu, através de mensagem a esta Casa.

E, hoje, com felicidade, vejo que sobre o assunto deverá falar o eminente Deputado Deni Schwartz que discutiu emendas que também foram acatadas pelo Executivo.

Vejo que o eminente Deputado Nelson Buffara, com a melhor das intenções, pretende também a adoção de medidas idênticas a que eu preconizava. Para ser coerente, fatalmente reterei que votar contra o projeto de lei porquanto se me afigura inconstitucional.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir.

Sr. Presidente, as razões aventadas pelo líder do Governo tem o meu apoio, porque, inclusive, fui autor de pedido de vista na Comissão de C. e Justiça, desse projeto.

Portanto, votarei contra, pelas razões já expostas e que resultaram no envio, pelo Governador, da mensagem que a seguir discutiremos.

Nesta oportunidade pediria ao Líder do Governo que mantivesse contato com o Sr. Governador, para que medidas de alta justiça, como a extensão de benefícios aos aposentados do Estado, fosse de imediato mandado a esta Casa.

Estas as razões do voto contrário ao Projeto — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. REJEITADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 128/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 57/75, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para mediante escritura pública de doação, reverter ao patrimônio do município de Primeiro de Maio, a data de terreno que especifica. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 128/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a, mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do

município de Primeiro de Maio, a data de terreno 104, com 882 m², situada à rua 11 da cidade do mesmo nome, data essa havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição 74, do Livro 3, fls. 28, do Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1975.—

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 128/75

PARECER.—

1 - O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental 57/75, visa mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Primeiro de Maio, a data 104, com 882 m² situado à rua 11, da cidade do mesmo nome.

2 - O Senhor Governador está tão somente exercitando o que lhe faculta a Constituição, pois é da exclusiva competência do Poder Executivo a iniciativa das leis que de qualquer modo aumentem a despesa pública.

3 - Em assim sendo, nosso parecer é pela aprovação do plano de lei em estudo.

PARECER FAVORÁVEL, pois.

Sala das Comissões,

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de lei 147/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 90/75, encaminhando anteprojeto de lei de que altera dispositivos da lei 6174, de 16/11/70, na parte referente a férias do funcionalismo público civil do Estado.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.R.H.—

COM EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA.—Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 147/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. primeiro - O artigo 149, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do parágrafo terceiro, com a seguinte redação:

“§ 3º O - As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência do serviço”.

Art. segundo - O “caput” e parágrafos do artigo 150, da Lei 6174, de 16/11/70, passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 150 - O funcionário que, por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu terá computado o respectivo período em dobro, para todos os efeitos legais.

§ 1º - A necessidade de serviço será definida pelo órgão competente de pessoal, dentro do ano civil do gozo das férias, mediante prévia exposição de motivos do chefe imediato.

§ 2º - O funcionário que não desejar o benefício deste artigo, poderá gozar as férias em outra época, num limite de dois períodos por ano.

§ 3º - Os direitos assegurados por este artigo, inclusive por seu parágrafo segundo, prescrevem em dois anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte em que as férias normais forem deixadas de gozar."

ARTIGO TERCEIRO.— O artigo 181, da Lei 6174, de 16/11/70, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação.:

Art. 181 - As gratificações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 128, desde que, no caso da gratificação por serviço extraordinário, o funcionário a venha percebendo por um período nunca inferior a doze meses.

PARÁGRAFO ÚNICO.— As gratificações previstas pelos incisos II, III e IV do artigo 172, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de sessenta dias."

ARTIGO QUARTO.— Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeram no prazo de 120 dias, contados da data da publicação desta lei.

artigo quinto - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 147/75

I - O Projeto de Lei 147/75 é oriundo da mensagem governamental 90/75, de 15 de outubro de 1975, e visa a dar nova redação a dispositivos da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970 (Estatutos dos Funcionários Cíveis do Paraná), no sentido de assegurar aos servidores públicos, nos afastamentos do serviço por motivos de férias, licença prêmio, licença para tratamento de saúde e outros, a percepção de todas as vantagens que recebia em pleno exercício sem sofrer por tanto, qualquer redução em sua remuneração.

II - A proposição é altamente meritória, porque estimula o funcionário a gozar efetivamente dos períodos de descanso que lhe são concedidos por Lei, e ainda, garante-lhe tranquilidade financeira em ocasiões em que se torna talvez essencial, como é o caso, para exemplificar, em que se vê forçado a afastar-se do serviço por motivo de doença.

III - Tem a proposição em exame, ainda, a virtude de dirimir, de vez as dúvidas de interpretação que, sobre a questão de percepção das gratificações, vinham sendo suscitadas por textos contraditórios existentes no Estatuto do Funcionário Civil do Pr.

IV - Permitto-nos todavia, apor reparo ao Projeto que, através da inclusão de um parágrafo na nova redação do Art. 181, limita em sessenta dias e duração dos afastamentos em que as gratificações especiais serão mantidas. Parece-nos injusta a discriminação na limitação, pelo que oferecemos uma emenda suprimindo esse parágrafo.

V - Com as emendas em anexo, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto, já, que, sobre a circunstância de ser conveniente e oportuno, nenhum óbice de ordem constitucional ou legal se

lhe antepõe.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
a) DENI SCHWARTZ — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 147/75.-

Emenda nº 1.

Suprima-se o parágrafo 81, como a redação proposta no Art. 3º do Projeto.

Sala das Comissões em 12 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente
a) DENISCHWARTZ — Relator

Emenda nº 2

O Art. 3º do Projeto de Lei 147/75, passa a vigorar com a seguinte Redação:

Art. 3º - O art. 181, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 181 - As gratificações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do Artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 128, no caso da gratificação - por serviço extraordinário e terão o valor mensal correspondente a um doze avos do total recebido como tal gratificação nos últimos doze meses de efetivo exercício.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
a) DENI SCHWARTZ — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 147/75.

Consultando não só o interesse do funcionalismo público do Estado como o da própria administração, o presente plano de Lei vem estabelecer condições para que as férias, licença prêmio e tratamento de saúde do servidor público sejam realmente asseguradas e usufruídas.

Pois ante ao advento do presente projeto de lei, a redução na remuneração do funcionário ao gozar férias, licença prêmio e outras, trazia uma série de problemas não só de ordem administrativa como também moral usando-se de subterfúgios na contagem, causando assim verdadeira sorte de danos não só ao funcionário como ao próprio Poder Público face aos termos da atual - Legislação Específica.

Assim sendo, o aqui proposto juntamente com emendas da Comissão de Constituição e Justiça, é altamente saneador, oportuno e justo.

Somos pois - FAVORÁVEIS.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1975.—

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente

— Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 164/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 94/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o F. E. P. PA.

Pareceres favoráveis da CCJ e CF.
EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 164/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinado a atender despesas com o FEPPA, criado pela Lei 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: Administração Geral do Estado

UNIDADE: Encargos Gerais do Estado

FUNÇÃO: Administração Superior e Planejamento Global

PROGRAMA: Administração Geral

SUBPROGRAMA: Administração Geral

ATIVIDADE: Atendimento e Projetos e Atividades Especiais

DOTAÇÃO: 4801.03070212.170

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 - Transferências Correntes

3.2.1.0 - Subvenções Sociais

Fundo de Previdência do Parlamentar.

..... Cr\$. 2.000.000,00

Artigo segundo - Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6640, de 4 de dezembro de 1974 - Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1975.—

Artigo Terceiro - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1975.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 164/75 — PARECER

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental 94/75, de 6 de novembro de 1975, objetiva a abertura de um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Estatuto de Previdência do Parlamentar.— FEPPA.

Examinando a matéria, verificamos que este plano de lei encontra-se em condições de ser apreciado por esta Casa, não havendo nenhum obstáculo que possa impedir a sua tramitação normal.

Sendo assim, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
FABIANO BRAGA CORTES — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/75.

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, o Projeto de Lei ora em exame, tem por objetivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o FEPPA.

A matéria recebeu aprovação da Comissão de Justiça desta Casa, examinando a mesma do ponto de vista financeiro que é a competência desta Comissão, entendendo, também, que está em

condições de ser aprovado pela Casa.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1975.

a) QUELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GABRIEL MANOEL — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja fornecida certidão de inteiro tero do discurso pronunciado ontem pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpellini bem assim o pronunciamento nesta data, durante o Pequeno Expediente.—

Ar Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

O SR. MUGGIATI FILHO — I(Pela Ordem)

Há um aditivo, Sr. Presidente, incluindo o discurso de hoje, pronunciado pelo nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, serão tomadas as providências solicitadas.

Requerimento de autoria do Sr. Muggiati Filho, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Jesus Cardoso de Azevedo, progenitora do Dr. Jose Cardoso de Azevedo, ocorrido em Cambará.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Srs. Deputados Domicio Scaramella e Adalberto Daros, contante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e Lider do MDB no Congresso Nacional, Sr. Pedroso Horta.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Miguel Maia, ocorrido em Ponta Grossa. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Gardolinski, ocorrido nesta Capital. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nelson Capri, ocorrido em Ponta Grossa. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja estudada a possibilidade de doação de duas ambulâncias para as Comarcas de Assis Chateaubriand e Formosa do Oeste.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a construção de prédio próprio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, do distrito de Novo Tupassi, Comarca de Assis Chateaubriand. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por haver, pela Portaria Normativa DC nº 10, publicada no Diário Oficial da União, conseguido defender, de fato, os vinte por cento de reserva florestal, por propriedade.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino To-

lentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que sejam fornecidas 250 carteiras de madeira ao Grupo Escolar Fazenda Padroeira, localizado na Vila Esmeralda, situada entre as cidades de Ceu Azul e Matelândia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do BNH, no sentido de determinar estudos para construção de casas populares na cidade de Palmeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. prefeitos municipais das regiões oeste e sudoeste do Estado, formulando votos de congratulações, extensivos aos Srs. Deputados delas representantes e às demais autoridades e lideranças, pelas recentes conquistas no setor rodoviário, solicitando outrossim seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reiterando apelo no sentido de providências imediatas e idênticas para atendimento ao Noroeste do Estado, com a injeção de recursos financeiros destinados a obras de e diversas rodovias. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição do Dr. Pedro Kassab, Presidente da Associação Médica Brasileira, como Presidnete da A.M.M. em Tóquio. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura no sentido de que seja estudada a viabilidade de feita a eletrificação rural, sem ônus na construção das respectivas linhas aos proprietários rurais.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que seja construída uma rede para servir energia elétrica nos distritos de Socavão e Abapã no município de Castro.) APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, para que, à exemplo do que foi recentemente adotado pelo Governo Federal, que através do Decreto 76326, regulamentando a Lei que instituiu a contagem recíproca do tempo de serviço an atividade privada e na esfera pública federal, seja estendida à esfera estadual.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, — dia 19, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO:-

dos Projetos de Resolução nºs 100/75, 101/75, 102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 107/75, 108/75 e 109/75.

2ª DISCUSSÃO:-

dos Projetos de Lei nºs 187/75, 53/75, 128/75, 147/75 e 164/75.

1ª DISCUSSÃO:-

dos Projetos de Resolução nºs. 110/75, 111/75, 112/75, 113/75 e 114/75.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA Nº 619/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

conceder, a SOFIA KOLOSOWSKI, ocupante do cargo de oficial ed Serviços Gerais, nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez dias de licença para tratamento de Saúde, a partir de 4 de novembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de novembro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO—Diretor Geral

PORTARIA Nº 620/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a TABAJARA MARTINS, ocupante do cargo de Motorista, nível PL 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 621/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I - revogar, a Portaria 57/75, na parte que se refere a Edgar Tavora Jr, matrícula 139, ocupante do cargo de Advogado, nível PL 26, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 10 de novembro de 1975;

II - designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços no Departamento de Finanças, a partir de 10 de novembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral em 18 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 622/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

I - designar, GAUDENCIA GIL TEIXEIRA, matrícula 262, ocupante do cargo de nível PL 23, de oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA",

II - autorizar, a funcionária acima citada, na conformidade do disposto no Artigo 176 inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 10 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de novembro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.